

## PAINEL S.A.

Julio Wiziack

paineis@ufolha.com.br

## Tapas e bijos

Após anos de brigas em arbitragem e na Justiça, a J&F, holding dos irmãos Batista, agora quer desfazer amigavelmente o acordo assinado em 2017 com a Paper Excellence pela venda do controle da Eldorado. A iniciativa se escora em ofícios do Incra à Junta Comercial de São Paulo e a CVM para que a transferência das ações dos Batista não seja registrada. O órgão diz que o negócio deveria ter sido avaliado previamente pelo Congresso.

**SEM CHANCE** A Paper diz que não se sentará à mesa de negociação. A companhia chama a J&F de "mentirosos" e seus controladores, os irmãos Joseley

e Wesley Batista, de "exemplaridade total falta de escrúpulos" por tentarem descumprir um contrato válido assinado há mais de seis anos.

**É LEGAL** Para a Paper, o negócio não envolve compra de terras e, sim, o controle da planta industrial da Eldorado. Diz ainda que as propriedades rurais que produzem os insumos pertencem a terceiros com quem a Eldorado mantém parcerias. "O contrato de compra da Eldorado atende plenamente a legislação".

**ENROLADOS...** A Moody's Investor Service, braço da agência de risco, prevê queda do lucro dos bancos com a trava de 100% nos juros cobrados no rotativo do cartão de crédito, que passa a valer a partir da quarta (3). O relatório cul-

pa o parcelamento das compras no cartão por boa parte dos juros elevados do rotativo, que chegaram a 45% ao ano, e elevaram o Congresso a aprovar uma lei com o novo teto.

**...PELO ROTATIVO** A Moody's não explica o que sustenta a afirmação. Dado do Banco Central não indicam qual quer relação entre o parcelamento e a inadimplência — fatores que, segundo a agência, pressionam os juros.

**UMA AZUL...** Os shopping centers venderam R\$ 2,6 bilhões entre 19 e 25 de dezembro, uma alta de 0,6% em relação

ao mesmo período de 2023. É o que mostra o Índice Cielo do Varejo, que será divulgado pela Abracec (Associação Brasileira de Shopping Centers). A cifra equivale ao valor de mercado da companhia aérea Azul na B3 no fim de 2023.

**...EMPRESENTES** Esse é o melhor desempenho dos shopping centers desde 2019. O resultado superou o das grandes redes varejistas e o das lojas de rua. Ambas recuaram em vendas, 0,9% e 2%, respectivamente no período natalino.

**CRÉDITO 56...** Pela primeira vez, o Banrisul (Banco do Es-

tado do Rio Grande do Sul) financia projetos de inovação liderados por mulheres. Se poderão participar do edital em empresas com receita operacional bruta anual de até R\$ 300 milhões e cujo comando (mais de 5% do capital) esteja com mulheres. As inscrições ocorrem até 21 de janeiro.

**...PARA ELAS** Cada candidata poderá pleitear até R\$ 15 milhões oferecidos em quatro linhas de crédito. Para quem lutou até R\$ 16 milhões, a taxa será TR mais 4,2% ao ano. Acima disso, será de TR mais 5,5% ao ano. Os prazos variam entre 48 e 96 meses.

## PT reage a farpas de Haddad e volta a criticar política fiscal

Presidente do partido, Gleisi Hoffmann, diz que sigla tem de apontar desafios

Julia Chalh

**BRASÍLIA** Petistas reagiram a declarações do ministro Fernando Haddad (Fazenda) sobre críticas do partido à política econômica e sobre a resolução em que a legenda defende que "o Brasil precisa se libertar do austericídio fiscal". Em entrevista ao jornal O Globo, Haddad disse, sem dar nomes, que os seus críticos celebraram os resultados da economia em 2023 ao mesmo tempo em que apontam erros. "Olha, é curioso ver os cards que estão sendo divulgados pelos meus críticos sobre a economia, agora por ocasião do Natal. O meu nome não aparece. O que aparece é assim: 'Inflação caiu, emprego subiu. Viva Lula!' O Haddad é um austericídio".

"Não dá para celebrar juros, juros, câmbio, emprego, risco-país. PIB que passou o Canadá, essas coisas todas, e simultaneamente ter a resolução que fala 'está tudo errado, tem que mudar tudo', continua o ministro. O documento a que Haddad se refere foi aprovado em dezembro pelo diretório nacional do PT. O texto critica o que chama de pressão por arrocho fiscal exercida pelo 'comando do Banco Central, rentistas e seus porta-vozes na mídia e no mercado'.

"O Brasil precisa se libertar, urgentemente, da ditadura do BC independente do austericídio fiscal, ou não teremos como responder às necessidades do país", afirma a resolução petista.

A presidente do PT, deputa-



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em Brasília. Foto: Lacerda - 28 Jan 2023 / Folhapress

da Gleisi Hoffmann (PR) disse que o PT tem o direito de apontar "desafios" que possam "ter implicações negativas" e voltar a reafirmar a meta de déficit zero defendida por Haddad. Gleisi ainda afirmou que a resolução aprovada pelo partido não diz que "está tudo errado", ao contrário do que afirmou Haddad, e que a maior parte do documento elogia e celebra medidas do governo. A presidente do PT disse que talvez o ministro "não tenha sido tempo de ler a resolução". "O documento faz um balanço positivo do conjunto de avanços do governo do Lula, destacando os indicadores principalmente da economia. Não há uma linha dizendo

que está tudo errado que precisa mudar tudo". "Nos criticamos na resolução severamente a política monetária do Banco Central, que é uma herança que nós recebemos do [ex-presidente Jair] Bolsonaro, e semântica que venha para 2024 de contracionismo fiscal, que, junto com o contracionismo da política monetária, vai ser trágica para o Brasil", avalia. Gleisi foi uma das defensoras da flexibilização do déficit fiscal zero, sob o argumento de que mantém a "porta aberta" para o governo fazer um alto contingenciamento de verbas e impactar o crescimento. A presidente do PT defendeu publicamente a mudan-

ça na política fiscal, contrariando Haddad. "O PT comemora os avanços do governo, mas se dá o direito de colocar preocupações que podem acontecer no horizonte e isso ter implicação negativa", afirmou a deputada. A folha nesta terça-feira (2). Gleisi também comentou a declaração de Haddad na revista sobre a sucessão de Lula. Segundo ele, o candidato à presidência em 2026 será o próprio Lula e que ele não pensa em disputar o cargo. Haddad ponderou, porém, que deve haver "certa preocupação" com quem substituirá o presidente no futuro. "Ao mesmo tempo que é um tranfuro ter uma figura política dessa estatura por 50 anos à

“

Olha, é curioso ver os cards que estão sendo divulgados pelos meus críticos sobre a economia, agora por ocasião do Natal. O meu nome não aparece. O que aparece é assim: 'A inflação caiu, o emprego subiu. Viva Lula!' E o Haddad é um austericídio

Não dá para celebrar Bolsa, juros, câmbio, emprego, risco-país, PIB que passou o Canadá, essas coisas todas, e simultaneamente ter a resolução que fala 'está tudo errado, tem que mudar tudo'

Fernando Haddad em entrevista ao jornal O Globo

Não há [no documento do PT] uma linha dizendo que está tudo errado, que precisa mudar tudo

O que nós precisamos é nos concentrar no governo para fazer as entregas e espera de nós, cada vez mais crescentes

Gleisi Hoffmann presidente do PT

disposição do PT, também é um desafio muito grande pensar o 'day after' [da seguinte]. Mas, excluindo isso, o fato é que a questão vai se colocar. E penso que deveria haver uma certa preocupação com isso", declarou na entrevista.

Gleisi, porém, avaliou que essa discussão é extemporânea. "O que nós precisamos é nos concentrar no governo para fazer as entregas que o povo precisa e espera de nós, cada vez mais crescentes".

O deputado Lindbergh Farias (RJ) também reagiu nesta terça à entrevista de Haddad: afirmou nas redes sociais que o resolução do PT "não diz que está tudo errado" e reiterou a crítica à manutenção da meta de déficit zero para 2024. O parlamentar é um dos mais críticos à meta. "A resolução do PT não fala que 'está tudo errado, tem que mudar tudo'. Pelo contrário, o governo teve muitos acertos na área econômica, mas o déficit zero não é um deles", avaliou Lindbergh.

O deputado aponta que a meta de zerar o déficit vai travar o orçamento e diminuir o crescimento do país. "Se o déficit zero não é um deles", avaliou Lindbergh.

"Quando o PT aponta preocupações e desafios não é para fazer oposição ao ministro Haddad, mas para chamar atenção sobre problemas que poderemos ter com uma política fiscal contracionista". Lindbergh avalia que a extrema-direita ainda é forte no país e acusa o Congresso de atuar como "semipresidencialismo, retirando atribuições e boa parte do orçamento do controle do Executivo". "Se a economia desacelerar, essa tática vai querer engolir o governo", disse.

"Temos que parar de dar tanta atenção aos salários da Faria Lima e olhar mais para a sabedoria do Lula que governou ampliando investimentos, melhorando a vida do povo pobre com um crescimento médio por ano de 4,1%".

## Lula sanciona LDO com vetos a calendário para pagar emendas

Matheus Teixeira

**BRASÍLIA** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou nesta terça-feira (2) a Lei de Diretrizes Orçamentárias com regras para execução do Orçamento neste ano. O mandatário, no entanto, vetou o dispositivo aprovado pelo Congresso que estabelece um cronograma para liberação do recurso das emendas para as obras e municípios es-

colhidos pelos parlamentares. A medida amplia o poder do Legislativo sobre a mídia, uma vez que atualmente não há um calendário definido para execução das emendas de fundo eleitoral para as eleições municipais deste ano. Inicialmente, o governo enviou uma proposta ao Congresso com a estimativa de R\$ 900 milhões para os partidos políticos e R\$ 1,5 bilhão para os municípios em 2024. Os deputados e se-

nadores, porém, elevaram o montante e, agora, recebeu o aval do petista. Apesar de ter vetado o calendário para pagamento de emendas, Lula sancionou o dispositivo que amplia o poder do parlamento em relação às emendas de comissões, que não são impositivas. O texto impõe um limite para contingenciamento dessas verbas, que foram infladas no último ano após os STF derrubar as chamadas emendas de relator por falta de transparência.

Lula também vetou outros trechos que previam obrigações para o Executivo na execução do Orçamento, como a reserva de no mínimo 36% de recursos para o programa de moradia para cidades de até 50 mil habitantes. Ao vetar a obrigatoriedade de pagamento em até 30 dias

das emendas impositivas após a divulgação das propostas, o presidente afirmou que a medida "violaria a Constituição". "O dispositivo estabeleceria um cronograma obrigatório para o empenho e pagamento de emendas individuais e de bancada estadual, o que atingiria diretamente a gestão da execução orçamentária e a financeira do Poder Executivo federal", diz a justificativa apresentada pelo governo.

A medida, segundo Lula, "teria de encontrar no primado de que o Poder Executivo federal estabelece o cronograma financeiro de desembolso". O relator da LDO, deputado Danilo Fortes (União Brasil-CE), afirmou que recebeu com "preocupação" os vetos de Lula e disse ter "confiança de que será possível reverter os vetos citados de maneira a preservar os avanços" da pa-

ciência da emenda após a divulgação das propostas, o presidente afirmou que a medida "violaria a Constituição".

O dispositivo estabeleceria um cronograma obrigatório para o empenho e pagamento de emendas individuais e de bancada estadual, o que atingiria diretamente a gestão da execução orçamentária e a financeira do Poder Executivo federal", diz a justificativa apresentada pelo governo.

A medida, segundo Lula, "teria de encontrar no primado de que o Poder Executivo federal estabelece o cronograma financeiro de desembolso". O relator da LDO, deputado Danilo Fortes (União Brasil-CE), afirmou que recebeu com "preocupação" os vetos de Lula e disse ter "confiança de que será possível reverter os vetos citados de maneira a preservar os avanços" da pa-

### Trechos vetados por Lula

- Vetou o artigo que aumentava a verba para emendas de comissões, que foram ampliadas ano passado após o STF derrubar as chamadas emendas de relator. O dispositivo previa que essas emendas equivaleriam a 0,9% da receita corrente líquida, o que daria R\$ 11,3 bilhões. Neste ano, essas emendas chegaram a R\$ 6,9 bilhões; - Vetou o cronograma para pagamento de emendas, que em sua execução aprovado pelo Congresso para ampliar o próprio poder na execução das emendas, geralmente destinadas a bases eleitorais; - Barrou a parte do texto que obrigava o pagamento até 30 de junho de emendas dos vetos citados de maneira a preservar os avanços" da pa-

verba vai da União para os entes da federação, nas áreas de saúde e assistência social; - Derrubou trecho que proibia o governo de ter despesas que incentivassem a ocupação de terras rurais privadas, a realização de aborto, a cirurgia em adolescentes para mudança de sexo e ações que pudessem influenciar crianças a terem opções sexuais diferentes do sexo biológico; - Foi vetado também o uso dos recursos do Fundeb para custear despesas com transporte, alimentação, uniforme e kit escolar; - Derrubou a possibilidade de destinar recursos para construção ou ampliação de obras e entidades privadas sem fins lucrativos.